



# QUALIDADE DO SISTEMA EDUCACIONAL:

## Um estudo comparativo entre o IDEB e o IDHM - educação nos municípios da Paraíba

Cássio de Oliveira Almeida<sup>1</sup>

Emanoela de Lima Maracajá<sup>2</sup>

Ana Rita Bezerra Alves Pereira<sup>3</sup>

### RESUMO

Tendo em vista a notória importância da educação no contexto econômico e social, o presente trabalho busca analisar a relação entre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – educação dos municípios da Paraíba, com o intuito de facilitar a tomada de decisão por parte dos gestores desses municípios, uma vez que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica na Paraíba está entre os cinco piores do Brasil. O referido estudo se faz necessário, pois caso ocorra uma correlação forte entre as variáveis, os gestores podem buscar melhorias no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – educação, elaborando políticas públicas que possam atuar fortalecendo não apenas o Índice de Desenvolvimento da Educação, mas também atuar fortalecendo o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – educação e com isso poderão ser observadas melhorias no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Para esta pesquisa foi utilizado o método de análise bivariada, sendo feita a correlação entre as variáveis e obtido o valor correspondente a essa correlação, com isso foi concluído que a correlação entre as variáveis é baixa, ou seja, a interferência em uma quase não afeta a outra.

**Palavras-chave:** Educação, Políticas públicas, Qualidade.

### INTRODUÇÃO

A qualidade da educação é um tema de grande discussão entre os atores políticos, e também pela sociedade civil, tendo em vista que, a qualidade do sistema educacional tem sido um tema de grande preocupação por parte dos Governos. A prova disto, são as políticas públicas e os programas implementados para avaliar as escolas públicas e o nível de aprendizado dos alunos, visando uma melhoria na qualidade do ensino-aprendizagem. Apesar de ter essa inquietação para com o desenvolvimento da educação, o Brasil não tem atingido suas metas estipuladas para alcançar um nível educacional praticado em diversos países desenvolvidos.

---

<sup>1</sup>Graduando do curso de Gestão Pública na UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE. Membro bolsista do Programa de Educação Tutorial Gestão Pública, Política e cidadania. E-mail: cassiogesp@gmail.com

<sup>2</sup>Graduanda do curso de Gestão Pública da UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE. Membro bolsista do Programa de Educação Tutorial Gestão Pública, Política e cidadania. E-mail: emanoelamaracaja@gmail.com

<sup>3</sup>Graduanda do Curso de Gestão Pública da UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE. E-mail: anacongo26@hotmail.com



É notória a busca por melhores indicadores na educação. O índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) é uma ferramenta que busca quantificar a qualidade do ensino básico e a partir dos dados fornecidos, traçar metas para melhorar o ensino, o IDEB inclui, em um só indicador: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. Logo, a partir dos dados fornecidos podem-se traçar planos e metas para atingir melhores indicadores para educação de forma mais eficiente.

Outro indicador bastante importante para a implantação de políticas públicas eficientes é o Índice de desenvolvimento Humano (IDH), esse indicador leva em consideração três variáveis: educação, saúde e renda. Todavia, para esta pesquisa foi utilizado o índice de desenvolvimento Humano Municipal componente educação (IDHM-educação).

Partindo desta explanação, este trabalho levanta o seguinte problema: **qual a relação entre o IDEB dos municípios e o IDHM-educação?** Pois como esses dois indicadores buscam aferir a qualidade na educação, é interessante ver se um possui alguma relação com o outro, para que seja possível uma tomada de decisão mais efetiva por parte dos gestores.

Tendo em vista a importância de aferir o desenvolvimento da educação e principalmente a educação básica, o presente trabalho objetiva traçar o nível de correlação entre esses dois indicadores (IDEB e IDHM-EDUCAÇÃO) para que com isso seja facilitada a tomada de decisão por parte dos gestores, e assim possam ser implementadas políticas públicas que sejam realmente eficientes, respeitando os princípios da eficiência e economicidade.

O presente estudo utiliza dados quantitativos obtidos em bases de dados nacionais, como o IDEB e o IDHM – educação, foi utilizado o método de análises bivariada em que se usou o método de correlação de Pearson<sup>4</sup>. A pesquisa foi realizada com os municípios<sup>5</sup> do Estado da Paraíba, tendo em vista que a Paraíba apresenta o quinto pior IDEB do Brasil com média 4,7.

O principal objetivo da pesquisa é visualizar se existe ou não correlação entre as variáveis (IDEB e IDHM-EDUCAÇÃO), para que através dessa análise, possa facilitar à aplicação de políticas públicas que realmente sejam eficientes.

## METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste trabalho foi a de Estatística Descritiva, foi reunido um conjunto de técnicas para sumarizar os dados (tabelas, gráficos) e medidas descritivas que nos permitiu emergir através dos dados maximizando a obtenção dos dados de forma mais fidedigna. Para (PIANA, 2009, P. 14) “a estatística descritiva é a parte da estatística que desenvolve e disponibiliza métodos para resumo e apresentação de dados estatísticos com o objetivo de facilitar a compreensão e a utilização da informação ali contida”.

De início foram criadas tabelas contendo o IDEB dos municípios da Paraíba do ano de 2011 e o IDHM - educação do ano de 2010, presentes em bases de dados nacionais (essa

---

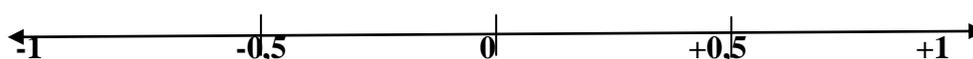
<sup>4</sup>Karl Pearson nasceu em Londres, 1857 — 1936 contribuiu muito para estatística. Foi o fundador do primeiro departamento universitário dedicado à estatística em todo o mundo, o departamento de Estatística Aplicada na University College London em 1911.

<sup>5</sup>O estado da Paraíba tem 223 municípios, porém nesse trabalho foi utilizado 211, pois 12 municípios não apresentaram notas do IDEB para o ano de 2011.



relação entre os anos citados deu-se devido ao fato que o IDEB é realizado a cada 2 anos enquanto que o IDHM é a cada 10 anos), de modo que a próxima aferição do IDHM será em 2020, desse modo foi utilizado o ano de 2010 como referência para o IDHM, pois esses são os dados mais atuais que essa variável apresenta, com isso para o IDEB foi utilizado o ano de 2011 por ser junto com 2009 os anos mais próximos da estimativa do último IDHM, logo os dados apresentados nesse trabalho faz referência ao IDEB de 2011 e IDHM 2010.

Após as tabelas prontas e com todos os municípios que forneciam os dados para os referidos anos, foi utilizada a técnica de análise bivariada, que nada mais é a análise de relação entre duas variáveis, que vai de uma escala de -1 a +1, -1 é uma correlação perfeita negativa, e +1 é uma correlação perfeita positiva, já o 0 indica uma correlação nula, desse modo quanto mais perto de zero mais baixa é a correlação e enquanto mais se aproxima de -1 e +1 mais alta é a correlação entre as variáveis, o diagrama a seguir ilustra como funciona a interpretação do método de análise bivariada:



Logo:

- Quando a correlação for entre +0.9 e +1, indica uma correlação positiva muito forte.
- Quando a correlação for entre -0.9 e -1, indica uma correlação negativa muito forte.
- Quando a correlação for entre +0.7 a +0.9, indica uma correlação positiva forte.
- Quando a correlação for entre -0.7 a -0.9, indica uma correlação negativa forte.
- Quando a correlação for entre +0.5 a +0.7, indica uma correlação positiva moderada.
- Quando a correlação for entre -0.5 a -0.7, indica uma correlação negativa moderada.
- Quando a correlação for entre +0.3 a +0.5, indica uma correlação positiva fraca.
- Quando a correlação for entre -0.3 a -0.5, indica uma correlação negativa fraca.
- Quando a correlação for entre 0 a +0.3, indica uma correlação positiva desprezível.
- Quando a correlação for entre 0 a -0.3, indica uma correlação negativa desprezível.

Após agrupar todos os dados em tabelas foi feito um diagrama de dispersão no Excel, para facilitar a visualização de como os dados estavam se comportando, e através desse encontrar o “ $R^6$ ” de Pearson, que nada mais é que o valor da correlação entre as variáveis, feito isso, pode-se verificar o grau de correlação que havia entre essas duas variáveis, vale ressaltar que foi inserida uma reta para se analisar a correlação entre as variáveis.

O diagrama de dispersão é um gráfico cartesiano em que cada um dos eixos corresponde às variáveis correlacionadas. A variável dependente (Y) situa-se no eixo vertical e o eixo das abscissas é reservado para a variável independente (X). Os pares ordenados formam uma nuvem de pontos. (CORREA, 2003, p. 107).

Dessa forma, o gráfico de dispersão nos oferece, também, uma análise virtual bem didática, pois mostra através de pontos o grau de correlação entre as variáveis, ou seja, enquanto mais próximos da reta os pontos estão maior a correlação, e quanto mais distante da reta menor é essa correlação.

<sup>6</sup> Representa o valor da correlação entre as variáveis.



## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O presente trabalho tem como fundamentação teórica o segundo capítulo da tese de doutorado de Klaus Frey (2000): Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes á prática da análise de políticas públicas no Brasil, bem como, para complementar essa teoria, utilizaremos também, Celina Sousa: Políticas Públicas: uma revisão da literatura.

As políticas públicas são ações do governo, criadas com o intuito de colocar em prática os direitos previstos na Constituição Federal, são medidas criadas para produzir efeitos específicos na população, para fomentar a discussão Lynn (1980) diz que são um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos (*apud* SOUZA, 2006, p. 24) e ainda Mead (1995) define políticas públicas como um campo interno dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas (*apud* SOUZA, 2006, p. 24). Peters (1986) segue o mesmo viés na definição de política pública: é a soma das atividades dos governos, que agem de modo direto ou por meio de delegações, e que tem forte influencia na vida dos cidadãos (*apud* SOUZA, 2006, p. 24). Do ponto de vista teórico-conceitual, SOUZA 2006, AFIRMA:

[...] A política pública em geral e a política social em particular são campos multidisciplinares, e seu foco está nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos. Por isso, uma teoria geral da política pública implica a busca de sintetizar teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia. As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade [...].

Dado que uma política pública repercute em várias esferas, percebe-se a importância dessa política ter uma relação intrínseca com o Estado, a política, a economia e a sociedade em geral, pois uma vez implementada espera-se que os resultados sejam positivos em todos os campos abrangidos.

Para (SECCHI, 2010, p. 2) “uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. A razão para a estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido com coletivamente relevante”. Assim, quando uma política pública é desenvolvida ela busca resolver e assegurar direitos constitucionais considerados essenciais para a sociedade em geral. Nesse sentido, para proporcionar uma educação de qualidade foram criadas políticas públicas educacionais, visando atender a este direito universal presente na constituição.

A educação tem que ser prioridade para os formadores de políticas públicas, pois pelas teorias de capital humano os investimentos em educação podem agregar habilidades aos indivíduos, tornando-os mais produtivos; o que em larga escala pode influenciar positivamente no desenvolvimento nacional. E a privação da educação é uma das formas mais iníquas de privação social, pois as desigualdades educacionais são um dos principais fatores das desigualdades de renda, oportunidade e condições de vida, geradoras de pobreza (SCHWARTZMAN, *apud* ALMEIDA e OLIVEIRA, 2016).

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 205 denomina que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família e esta será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, bem como no artigo 206, inciso VII traz a garantia de um ensino com padrão de qualidade para todos e também no artigo 211, parágrafo 1 determina que a



união deverá oferecer a equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino, mediante assistência técnica e financeira aos Estados, Distrito Federal e Municípios, e estabelece ainda o repasse das diferentes esferas administrativas para manutenção e desenvolvimento do ensino, artigo 212.

Buscando a efetivação deste último princípio disposto na Constituição, pode-se perceber a implantação de ações variadas, partindo das esferas públicas federais, estaduais e municipais. Neste sentido, podemos destacar o FUNDEB, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, que está em vigor desde 2007 e é um importante compromisso da União com a educação básica e se estenderá até 2020, cujo objetivo é promover a redistribuição dos recursos vinculados à educação.

Com a finalidade de melhorar a qualidade do sistema educacional no país, bem como direcionar esforços e investimentos, foi criado o PNE - Plano Nacional de Educação, conforme a Lei 13.005/2014, com vigência de 10 anos, que estabelece 20 metas a serem atingidas nesse período. Este é determinado pela Constituição Federal em seu artigo 214 – que estabelece o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à: erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; melhoria da qualidade do ensino; formação para o trabalho e promoção humanística, científica e tecnológica do país, incisos I, II, III, IV e V.

Igualmente, pode-se observar também, a criação do (IDEB), Índice de Desenvolvimento da Educação Básica também criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), criado com o objetivo de medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para melhorar o ensino, inclui, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. Ele funciona como um indicador nacional que torna possível o monitoramento da qualidade da educação pela população através de dados concretos. Também é importante por ser um condutor de política pública em prol da qualidade da educação, e serve como ferramenta para o acompanhamento das metas de qualidade do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) para a educação básica.

O IDEB é calculado a partir de dois itens: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo INEP, sendo os índices de aprovação obtidos a partir do Censo Escolar que é realizado anualmente. As médias de desempenho utilizadas são as da Prova Brasil, para escolas e municípios, e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), para os estados e o país, realizados a cada dois anos. As metas que o IDEB estabelece são diferentes para cada escola e rede de ensino, mas com um único objetivo, o de alcançar 6 pontos até o ano de 2022, média correspondente ao sistema educacional dos países desenvolvidos.

A busca da elevação do IDEB, expressão do compromisso e da responsabilização do poder público com a qualidade da educação básica, pode ser percebida como força catalisadora de novos padrões de gestão porque põe necessariamente em relação as três esferas de governo nas iniciativas de caráter educacional e mobiliza a sociedade na decisão de efetivar a melhoria da qualidade da educação brasileira (BOTLER et al., 2014, p.03).



Logo, este indicativo serve como base para medir a evolução da qualidade do sistema educacional brasileiro básico e a sua aproximação às metas estabelecidas pelo programa. Tendo como meta esses requisitos percebe-se a complexidade envolvida no sistema educacional que, como pode ser percebido, não depende apenas da vontade política (WEBER, 2008 *apud* BOTLER et al., 2014).

Uma visão distinta da definida pelo IDEB é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que mede o grau de desenvolvimento de um país, em contraponto ao (PIB) onde a visão de desenvolvimento está limitada ao crescimento econômico. O IDH engloba três indicadores importantes para garantir o desenvolvimento humano da população: vida longa e saudável (longevidade), acesso ao conhecimento (educação) e um padrão de vida (renda). É válido ressaltar que iremos trabalhar com o IDHM - Educação, que segue as mesmas três dimensões do IDH, mas com sua especificidade, essa dimensão é medida pela escolaridade da população adulta e pelo fluxo escolar da população jovem. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar as condições de núcleos sociais menores (os municípios). O IDHM é um número que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de um município (PNUD, 2013).

O IDHM Educação é uma composição de indicadores de escolaridade da população adulta e de fluxo escolar da população jovem. A escolaridade da população adulta é medida pelo percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com o ensino fundamental completo. O fluxo escolar da população jovem é medido pela média aritmética do percentual de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola, do percentual de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental, do percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo e do percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo (BOTLER et al., 2014, p.03).

O IDHM-E é medido por meio de dois componentes. A escolaridade da população adulta é medida pelo percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com ensino fundamental completo, tendo esta variável tem peso 1. E o fluxo escolar da população jovem é medido pela média aritmética do percentual de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola, do percentual de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental, do percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo e do percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo com peso 2. Esta medida acompanha a população em idade escolar em quatro momentos importantes da sua formação. Com isso os gestores têm maior facilidade de identificar se crianças e jovens estão nas séries adequadas nas idades certas (ATLAS, 2013).

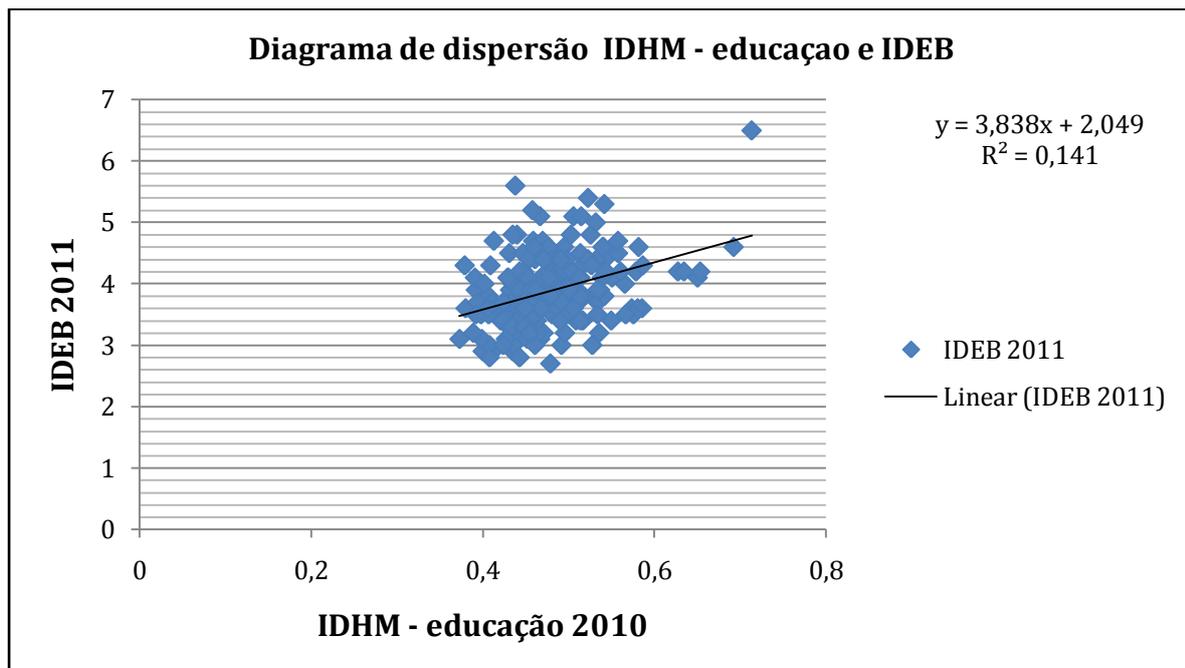
Assim, o fluxo escolar da população jovem acompanha a população em idade escolar em quatro momentos importantes da sua formação, quais sejam: entrada no sistema educacional, finalização do primeiro ciclo do ensino fundamental e conclusão tanto do ensino fundamental como do ensino médio. Esta composição da forma a uma mensagem importante: de que as crianças, ao menos a partir dos 5 anos de idade, já precisam estar na escola; que as crianças de 12 anos precisam estar nos anos finais do ensino fundamental; que os jovens de 16 anos precisam ter concluído o ensino fundamental; e que os jovens de 19 anos precisam ter concluído o ensino médio. A expansão dessas faixas etárias no cálculo do indicador se dá por questões amostrais e estatísticas e também indica a evolução da qualidade da

oferta educacional no país, já que significa “acesso ao conhecimento” (BOTLER et al., 2014, p.03).

Dessa forma, percebe-se a preocupação com a qualidade do sistema educacional por parte dos gestores, pois através da implementação desses programas procura-se um melhor desenvolvimento na educação e conseqüentemente, um país mais desenvolvido.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a criação da tabela com todos os dados necessários, foi gerado o diagrama de dispersão, ele é o método gráfico feito sobre dois eixos, ‘x’ e ‘y’, que representa a correlação entre as variáveis. A análise de correlação é importante não somente como resultado final, pois nos oferece o grau de relação entre duas variáveis.



Ao se analisar o diagrama fica explícito que a dispersão não ocorre em tendência à reta sobreposta, isso já mostra que há uma correlação fraca, entretanto foi encontrado o “R”, nada mais é que o coeficiente de correlação entre as variáveis IDEB e IDHM – educação, para facilitar ainda mais a análise dos dados e foi quantificado esse nível de correlação que há entre as variáveis acima citadas. Conforme mostra os dados no gráfico que  $R^2 = 0,141$ , dessa forma tem-se que  $R = \sqrt{0,141}$ , logo  $R \cong 0,375499667$ , portanto o coeficiente de correlação é:  $R \cong 0,375$ .

Apesar de ser esperada uma correlação forte entre as duas variáveis (IDEB e IDHM – educação), foi constatado que a uma relação fraca entre as duas, como visto no diagrama da seção metodológica, logo o coeficiente de correlação foi  $R \cong 0,375$  com isso tem-se que: quando a correlação for entre +0.3 e +0.5, indica uma correlação positiva fraca, de forma a nossa correlação se mostrou fraca.

Este estudo é de grande relevância para o aprimoramento das políticas educacionais, pois ao ser verificado que há uma correlação muito baixa entre tais variáveis em questão,



visto que essas políticas sociais são implantadas para uma melhoria no sistema educacional e serão avaliadas através de indicadores (IDHM) e taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho obtidas nos exames: prova Brasil (IDEB), ainda apresentem uma correlação tão insignificante. Uma vez que o esperado seria o alto progresso de uma variável e a reação da outra de modo igual, o que não ocorreu com as variáveis acima mencionadas.

## CONCLUSÃO

Este trabalho procurou relacionar os indicadores IDHM - Educação e IDEB. Com base nessa relação à pesquisa aponta que não é possível observar uma correlação forte entre as variáveis, tendo em vista que a correlação obtida é fraca,  $R \cong 0,375$ , podendo assim concluir que por mais que fosse esperado que houvesse uma correlação forte, tendo em vista a natureza das variáveis, foi observado que essa correlação é fraca.

Portanto ao chegar a conclusão que há uma correlação fraca, fica evidente neste estudo que, para ter uma melhoria no IDEB, o fato de viabilizar políticas públicas para melhoria do IDHM- educação, não surtirão efeitos plausíveis no IDEB, tal fato é muito importante para a eficiência da Gestão Pública, pois com os recursos cada vez mais escassos, faz-se necessário ter uma melhor performance nas políticas públicas implementadas buscando sempre ser o mais eficiente possível.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Vinicius Pacheco de. OLIVEIRA, Édivo, de Almeida. **Uma análise de indicadores: uma caracterização e mapeamento do desenvolvimento humano dos municípios do Rio Grande do Sul**. Rio Grande do Sul: UFSM, 2016.

ANÁLISE, geral. **Análise estatística**. PT. 2016. Disponível em: <http://analise-estatistica.pt/2016/11/analise-estatistica-bivariada.html>. Acesso em: 13 dez. 2018.

BOTLER, Alice. **Qualidade na educação municipal: um estudo comparativo entre o IDEB e o IDHM – educação no nordeste brasileiro**. Pernambuco: UFPE, 2014.

CORRÊA, Sonia Maria Barros Barbosa. **Probabilidade e estatística**. 2. ed. Belo Horizonte: PUC Minas Virtual, 2003. 116 p.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013**. Disponível em: [http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130729\\_AtlasPNUD\\_2013.pdf](http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130729_AtlasPNUD_2013.pdf) Acesso em 15 dez. 2018.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: editora Atlas, 2003.

Ministério da educação. **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica** . Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/fundeb>. Acesso em: 17 dez. 2018.

Ministério da educação. **Plano Nacional da Educação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pne>. Acesso em: 15 dez. 2018.



SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de análise, Casos Práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010. P. 2.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre: ano 8, nº 16, pp. 20-45, jul/dez. 2006.

VIDAL, Eloísa Maia. **Gestão educacional e resultados no Ideb: um estudo de caso em dez municípios cearenses**. São Paulo: Fundação Carlos chagas, 2011.

Atlas do Brasil Disponível. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: [http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o\\_atlas/idhm/](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/). Acesso em: 19 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 13 dez. 2018

## ANEXOS

### ANEXO I

**Tabela 1 IDEB E IDHM- educação**

<b>Municípios</b>	<b>IDHM Educação 2010</b>	<b>Município</b>	<b>IDEB 2011</b>
Água Branca	0,484	Água Branca	4,5
Aguiar	0,447	Aguiar	3,8
Alagoa Grande	0,43	Alagoa Grande	3,3
Alagoa Nova	0,451	Alagoa Nova	3,3
Alagoinha	0,462	Alagoinha	3,6
Alcantil	0,458	Alcantil	3,9
Algodão de Jandaíra	0,413	Algodão de Jandaíra	3,6
Alhandra	0,465	Alhandra	3,1
Amparo	0,551	Amparo	4,1
Aparecida	0,456	Aparecida	3,9
Araçagi	0,412	Araçagi	2,9
Arara	0,407	Arara	3,8
Araruna	0,439	Araruna	3,5
Areia	0,467	Areia	3,1
Areial	0,503	Areial	4,8
Aroeiras	0,411	Aroeiras	3,7
Assunção	0,51	Assunção	3,9
Baía da Traição	0,495	Baía da Traição	4,6
Bananeiras	0,43	Bananeiras	4,1
Baraúna	0,459	Baraúna	4,7
Barra de Santana	0,465	Barra de Santa Rosa	4,5
Barra de Santa Rosa	0,434	Barra de Santana	3,9
Barra de São Miguel	0,44	Barra de São Miguel	4,8
Bayeux	0,566	Bayeux	4
Belém	0,492	Belém	3,9
Belém do Brejo do Cruz	0,451	Belém do Brejo do Cruz	3,7



Bernardino Batista	0,462	Bernardino Batista	4,5
Boa Vista	0,582	Boa Vista	4,6
Bom Jesus	0,477	Bom Jesus	3,8
Bom Sucesso	0,494	Bom Sucesso	3,8
Bonito de Santa Fé	0,427	Bonito de Santa Fé	3,6
Boqueirão	0,496	Boqueirão	3,7
Borborema	0,426	Borborema	3,6
Brejo do Cruz	0,463	Brejo do Cruz	4
Brejo dos Santos	0,541	Brejo dos Santos	4,6
Caaporã	0,509	Caaporã	3,4
Cabaceiras	0,523	Cabaceiras	5,4
Cabedelo	0,651	Cabedelo	4,1
Cachoeira dos Índios	0,453	Cachoeira dos Índios	3,2
Cacimba de Areia	0,497	Cacimba de Areia	3,5
Cacimba de Dentro	0,419	Cacimba de Dentro	3,6
Cacimbas	0,425	Cacimbas	3,5
Caiçara	0,488	Caiçara	4
Cajazeiras	0,574	Cajazeiras	3,6
Cajazeirinhas	0,413	Cajazeirinhas	4,7
Caldas Brandão	0,451	Caldas Brandão	3,3
Camalaú	0,431	Camalaú	4,5
Campina Grande	0,654	Campina Grande	4,2
Capim	0,4	Capim	2,9
Caraúbas	0,485	Caraúbas	4,1
Carrapateira	0,543	Carrapateira	4,4
Casserengue	0,379	Casserengue	4,3
Catingueira	0,455	Catingueira	3,4
Catolé do Rocha	0,539	Catolé do Rocha	4,1
Caturité	0,502	Caturité	3,7
Conceição	0,476	Conceição	4,1
Condado	0,476	Condado	4,4
Conde	0,5	Conde	4
Congo	0,477	congo	4,4
Coremas	0,452	Coremas	3,1
Cruz do Espírito Santo	0,408	Cruz do Espírito Santo	3
Cubati	0,448	Cubati	3,9
Cuité	0,47	Cuité	4,7
Cuité de Mamanguape	0,398	Cuité de Mamanguape	3,5
Cuitegi	0,45	Cuitegi	3,3
Curral de Cima	0,392	Curral de Cima	3,9
Curral Velho	0,491	Curral Velho	3,9
Damião	0,391	Damião	4,1
Desterro	0,49	Desterro	3,7
Diamante	0,496	Diamante	3,6
Dona Inês	0,447	Dona Inês	4,1
Duas Estradas	0,488	Duas Estradas	3,8
Emas	0,492	Emas	3
Esperança	0,526	Esperança	4,8
Fagundes	0,432	Fagundes	3,9
Frei Martinho	0,542	Frei Martinho	5,3



Gado Bravo	0,373	Gado Bravo	3,1
Guarabira	0,586	Guarabira	3,6
Gurinhém	0,435	Gurinhém	2,9
Gurjão	0,581	Gurjão	3,6
Ibiara	0,479	Ibiara	3,7
Igaracy	0,496	Igaracy	3,2
Imaculada	0,461	Imaculada	3,1
Ingá	0,471	Ingá	3,2
Itabaiana	0,536	Itabaiana	3,2
Itaporanga	0,517	Itaporanga	3,4
Itapororoca	0,437	Itapororoca	3,2
Itatuba	0,436	Itatuba	3
Jacaraú	0,435	Jacaraú	4,8
Jericó	0,476	Jericó	3,7
João Pessoa	0,693	João Pessoa	4,6
Juarez Távora	0,465	Juarez Távora	3,2
Juazeirinho	0,435	Juazeirinho	4
Junco do Seridó	0,576	Junco do Seridó	3,5
Juripiranga	0,448	Juripiranga	3,6
Juru	0,443	Juru	3,9
Lagoa	0,448	Lagoa	3,7
Lagoa Seca	0,516	Lagoa Seca	4,3
Lastro	0,38	Lastro	3,6
Lucena	0,469	Lucena	4,1
Mãe D'Água	0,429	Mãe d'Água	4,1
Malta	0,533	Malta	4,4
Mamanguape	0,453	Mamanguape	3,8
Manaíra	0,426	Manaíra	3,6
Marcação	0,408	Marcação	2,8
Mari	0,429	Mari	3,6
Marizópolis	0,512	Marizópolis	3,7
Massaranduba	0,441	Massaranduba	3,4
Mataraca	0,427	Mataraca	3,1
Mato Grosso	0,419	Mato Grosso	3,5
Maturéia	0,474	Maturéia	4
Mogeirol	0,481	Mogeirol	3,5
Montadas	0,505	Montadas	3,9
Monte Horebe	0,463	Monte Horebe	3,4
Monteiro	0,558	Monteiro	4,5
Mulungu	0,423	Mulungu	3,5
Natuba	0,432	Natuba	3,7
Nazarezinho	0,449	Nazarezinho	3,4
Nova Floresta	0,498	Nova Floresta	4,4
Nova Olinda	0,453	Nova Olinda	3,6
Nova Palmeira	0,488	Nova Palmeira	3,6
Olho D'Água	0,452	Olho d'Água	3,3
Olivedos	0,54	Olivedos	4,6
Ouro Velho	0,518	Ouro Velho	3,8
Parari	0,467	Parari	5,1
Passagem	0,534	Passagem	3,7



Patos	0,628	Patos	4,2
Paulista	0,461	Paulista	4,4
Pedra Branca	0,532	Pedra Branca	5
Pedra Lavrada	0,458	Pedra Lavrada	5,2
Pedras de Fogo	0,468	Pedras de Fogo	4,1
Pedro Régis	0,399	Pedro Régis	3,1
Piancó	0,55	Piancó	3,4
Picuí	0,506	Picuí	5,1
Pilar	0,461	Pilar	3
Pilões	0,409	Pilões	4,3
Pilõezinhos	0,421	Pilõezinhos	3,4
Pirpirituba	0,499	Pirpirituba	3,5
Pitimbu	0,456	Pitimbu	3,4
Pocinhos	0,477	Pocinhos	4,6
Poço de José de Moura	0,497	Poço de José de Moura	4,2
Pombal	0,515	Pombal	5,1
Prata	0,514	Prata	4,1
Princesa Isabel	0,514	Princesa Isabel	4,5
Puxinanã	0,542	Puxinanã	3,8
Queimadas	0,489	Queimadas	4,3
Quixabá	0,579	Quixabá	4,2
Remígio	0,474	Remígio	3,8
Riachão	0,481	Riachão	4,4
Riachão do Bacamarte	0,417	Riachão do Bacamarte	3,6
Riachão do Poço	0,426	Riachão do Poço	3,7
Riacho de Santo Antônio	0,502	Riacho de Santo Antônio	4
Riacho dos Cavalos	0,447	Riacho dos Cavalos	4,5
Rio Tinto	0,48	Rio Tinto	3,8
Salgadinho	0,454	Salgadinho	4,4
Salgado de São Félix	0,448	Salgado de São Félix	4,2
Santa Cecília	0,402	Santa Cecília	4
Santa Cruz	0,523	Santa Cruz	4,4
Santa Helena	0,504	Santa Helena	4,2
Santa Luzia	0,635	Santa Luzia	4,2
Santana de Mangueira	0,414	Santana de Mangueira	3,6
Santana dos Garrotes	0,479	Santana dos Garrotes	2,7
Santa Rita	0,534	Santa Rita	3,5
Santa Teresinha	0,513	Santa Teresinha	4,1
Santo André	0,476	Santo André	4,2
São Bentinho	0,491	São Bentinho	4,4
São Bento	0,424	São Bento	3,7
São Domingos	0,394	São Domingos	3,7
São Domingos do Cariri	0,438	São Domingos do Cariri	5,6
São Francisco	0,481	São Francisco	4,1
São João do Cariri	0,488	São João do Cariri	4,4
São João do Tigre	0,424	São João do Tigre	3,4
São José da Lagoa Tapada	0,389	São José da Lagoa Tapada	3,2
São José de Caiana	0,434	São José de Caiana	3,3
São José de Espinharas	0,448	São José de Espinharas	3,3
São José de Piranhas	0,461	São José de Piranhas	3,9



São José de Princesa	0,443	São José de Princesa	4,2
São José do Bonfim	0,493	São José do Bonfim	3,7
São José do Brejo do Cruz	0,473	São José do Brejo do Cruz	4,4
São José do Sabugi	0,514	São José do Sabugi	3,8
São José dos Cordeiros	0,407	São José dos Cordeiros	3,5
São José dos Ramos	0,406	São José dos Ramos	3,6
São Mamede	0,558	São Mamede	4,7
São Miguel de Taipu	0,443	São Miguel de Taipu	2,8
São Sebastião de Lagoa de Roça	0,471	São Sebastião de Lagoa de Roça	4,4
São Sebastião do Umbuzeiro	0,459	São Sebastião do Umbuzeiro	3,7
Sapé	0,461	Sapé	3,5
São Vicente do Seridó	0,453	São Vicente do Seridó	4,1
Serra Branca	0,537	Serra Branca	3,9
Serra da Raiz	0,544	Serra da Raiz	4,2
Serra Grande	0,491	Serra Grande	4,4
Serra Redonda	0,424	Serra Redonda	3
Serraria	0,392	Serraria	3,5
Sertãozinho	0,561	Sertãozinho	4,2
Sobrado	0,477	Sobrado	4,1
Solânea	0,468	Solânea	3,6
Soledade	0,506	Soledade	3,6
Sossêgo	0,46	Sossêgo	4,6
Sousa	0,567	Sousa	3,5
Sumé	0,534	Sumé	3,9
Tacima	0,45	Tacima	3,6
Taperoá	0,456	Taperoá	3,9
Tavares	0,462	Tavares	3,9
Teixeira	0,527	Teixeira	4,3
Tenório	0,49	Tenório	3,4
Triunfo	0,501	Triunfo	3,9
Uiraúna	0,528	Uiraúna	3
Umbuzeiro	0,514	Umbuzeiro	3,4
Várzea	0,714	Várzea	6,5
Vieirópolis	0,455	Vieirópolis	3,2
Zabelê	0,587	Zabelê	4,3

Fonte: Atlas do Brasil e ministério da educação



## ANEXO II

### TERMO DE COMPROMISSO DE APRESENTAÇÃO 13º Congresso de Gestão Pública do Rio Grande do Norte

“Comprometo-me, caso meu Trabalho seja aprovado pelo Comitê Científico, a comparecer ou nomear um representante para sua apresentação, no dia e hora previamente comunicados. Autorizo a publicação do material utilizado em minha apresentação no site do evento, assim como o uso de sons e imagens. Autorizo também o recebimento de mensagens SMS através de meu celular com informações relativas ao meu trabalho científico e minha participação no congresso. ”

Cássio de Oliveira Almeida

---

**CÁSSIO DE OLIVEIRA ALMEIDA**

Ana Rita Bezerra Alves Pereira

---

**ANA RITA BEZERRA ALVES PEREIRA**

Emanoela de Lima Maracajá

---

**EMANOELA DE LIMA MARACAJÁ**